



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Condições para liberação de emendas complicam votação do ajuste fiscal

A decisão do ministro Flávio Dino (foto), do Supremo Tribunal Federal (STF), de manter condições e restrições para o envio e aplicação dos recursos oriundos de emendas parlamentares pode atrasar a votação do pacote fiscal do governo Lula. E de quebra complicar a aprovação do projeto de lei, de autoria do líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), que altera para o IPCA a forma de correção do Fundo Constitucional do DF. O assunto foi discutido, ontem, com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), mas a pauta será definida hoje na reunião dos líderes. A ideia dos governistas era votar a matéria até a próxima sexta-feira. Mas as emendas estão tumultuando a relação do governo com o Congresso, provocando novos atritos na articulação política.

Gustavo Moreno/SCO/STF



Inveja, mágoas e disputa política

O sentimento entre políticos é de que há dois principais motivos para o Fundo Constitucional do Distrito Federal entrar no debate dos cortes para ajuste fiscal. Em primeiro lugar, há um incômodo de parlamentares das demais unidades da federação quanto à diferença de tratamento em relação ao DF, com repasses garantidos, sem necessidade de negociação com o Palácio do Planalto. Não levam em consideração que Brasília é a capital do país e uma piora na qualidade dos serviços atinge a todos, inclusive os próprios congressistas. Em segundo lugar, resta uma mágoa pelo que aconteceu no 8 de janeiro na Praça dos Três Poderes, com a falha de policiais militares em conter a invasão do Palácio do Planalto, do Congresso e do Supremo Tribunal Federal (STF). Entre petistas, há ainda a convicção de que o Distrito Federal tornou-se majoritariamente conservador, tendo o ex-presidente Jair Bolsonaro vencido aqui em 2018 e em 2022.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Divulgação/TJDFT



Cidadão brasileiro

O desembargador Diaulas Costa Ribeiro, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), recebeu, ontem, o título de cidadão honorário de Brasília das mãos do deputado distrital Wellington Luiz (MDB), presidente da Câmara Legislativa. A cerimônia, para poucos convidados, ocorreu no gabinete da presidência da CLDF. O presidente do TJDFT, Waldir Leôncio Júnior, e o 1º vice-presidente, Roberval Belinati, prestigiaram a entrega. O secretário da Casa Civil do DF, Gustavo Rocha, também acompanhou a homenagem.

Gratidão

O desembargador Diaulas Costa Ribeiro fez um pronunciamento de gratidão pela homenagem. Agradeceu aos pais, ao povo do Distrito Federal, representado pelos deputados distritais, ao ex-deputado distrital Gim Argello, autor da indicação para recebimento do título de cidadão, 20 anos atrás, ao presidente Waldir Leôncio Júnior e ao vice-presidente Roberval Belinati, pelas décadas de amizade, ao secretário da Casa Civil do DF, Gustavo Rocha, presente na cerimônia, e à sua equipe de trabalho, representada na solenidade pelo assessor de Gabinete Roberto Luiz e pelo motorista Renzo Barbosa.

Manoel de Andrade na presidência do TCDF

O Tribunal de Contas do DF elege amanhã o conselheiro Manoel de Andrade para exercer a presidência pelo biênio 2025-2026. Pelas discussões entre os integrantes do plenário, o conselheiro Inácio Magalhães Filho deve ser o vice-presidente.

Ana Maria Campos/CB/DA.Press



Nilton Vasconcelos/1984 Arquivo pessoal



Jornalismo e Direitos Humanos

O diretor de jornalismo da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Moacyr de Oliveira Filho, recebe hoje o 28º Prêmio Jornalístico de Direitos Humanos 2024, do Centro de Direitos Humanos e Memória Popular de Natal (RN), por suas matérias sobre a Insurreição de 1935. O prêmio reconhece especialmente a histórica entrevista, em novembro de 1984, com o sapateiro José Praxedes de Andrade, um dos líderes do movimento em 1935, que ainda vivia clandestino na Bahia, e foi a base do livro *Praxedes, um Operário no Poder*, publicado em 1985.

65 anos de conquistas

O escritório Advocacia Riedel celebra hoje 65 anos, com um seminário, seguido de um coquetel, que reunirá clientes, parceiros, familiares e amigos. São décadas de conquistas. Hoje uma das principais expressões da banca é a advogada Thaís Riedel, especialista em direito previdenciário, neta do fundador do escritório, Ulisses Riedel.

Arquivo pessoal



R\$ 1 bilhão em operações de crédito

A senadora Damares Alves (Republicanos-DF) apresenta, hoje, dois relatórios na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado pela aprovação de operações de crédito internacional de US\$ 172,7 milhões, ou seja, cerca de R\$ 1 bilhão, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para investimentos em saneamento básico e modernização da gestão pública no DF. Um dos projetos prevê um empréstimo de US\$ 100 milhões para o Programa de Saneamento Ambiental da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB), com ações para modernizar estações de tratamento de esgoto, reduzir perdas de água e implementar sistemas de geração de energia elétrica a partir do reaproveitamento de gases produzidos durante o tratamento de rejeitos. O outro projeto é um pedido de autorização para um empréstimo de US\$ 72,7 milhões ao BID. O montante será investido na modernização da gestão fiscal e administrativa do GDF, com a implementação de novas tecnologias para arrecadação e gestão tributária.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

Fundo Constitucional do DF

» Entrevista | PAULA BELMONTE | DEPUTADA DISTRITAL

Ao *CB.Poder*, a parlamentar disse que todo o DF precisa defender o Fundo Constitucional, importante para áreas essenciais

“Precisamos manter os valores do FCDF”

» LUIS FELLYPE RODRIGUES*

A deputada Paula Belmonte (Cidadania), presidente da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle da Câmara Legislativa do Distrito Federal, criticou mudança no reajuste do Fundo Constitucional do DF (FCDF), dizendo que as áreas mais afetadas serão saúde, educação e segurança. Aos jornalistas Mariana Niederauer e Ronayne Nunes, durante o programa *CB.Poder* — parceria entre o *Correio* e a TV Brasília — de ontem, a parlamentar também falou sobre a importância de as mulheres assumirem cargos de poder.

Todos os parlamentares do DF, na Câmara Legislativa do DF (CLDF) e também na Câmara Federal, estão em defesa do FCDF, que está ameaçado de sofrer uma alteração. Qual o seu posicionamento?

Brasília inteira tem que estar com esse compromisso da defesa do Fundo Constitucional, que é fundamental para manter o funcionamento do DF; principalmente nas áreas de educação, segurança e saúde. O meu posicionamento é de defesa do FCDF. É importante dizer que aqui não se igua-

la a outro estado ou outra cidade. Brasília é a capital do Brasil, ela tem essa singularidade, e os parlamentares e, principalmente, o governo federal têm que entender que precisamos manter isso — os valores do FCDF — aqui.

A senhora falou que não é a primeira vez que o Fundo Constitucional fica na mira de cortes. Por que você acha que isso continua se repetindo e, especialmente, qual é a chance desse corte ser aprovado dessa vez?

Marcelo Ferreira/CB/DA.Press



Aponte a câmera do celular e acesse o conteúdo completo

Houve várias ações no sentido de parlamentares entenderem que esse FCDF tinha que ser distribuído pela RIDE — Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno —, como foi falado, ou também entre-

gue à antiga capital, que era o Rio de Janeiro. E agora, nessa legislatura desses dois anos, tivemos o deputado Cláudio Cajado (PP) que quis fazer essa mudança exatamente na atualização do FCDF, passando para o IPCA — Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. E agora, a mesma coisa do Governo Federal. Precisamos mostrar, como capital federal, a importância que temos. É uma questão até de cidadania.

Existe algo que possa ser feito, do ponto de vista legislativo, para que o Fundo Constitucional do DF fique protegido nos próximos anos?

O Fundo Constitucional está dentro da nossa Constituição Federal, que é a nossa carta magna, então ele está blindado dentro da Constituição. Por isso, essa investida requer realmente uma articulação do Congresso Nacional para a mudança do FCDF. De uns anos para cá, tivemos essa garantia de que ele fosse protegido pela Constituição Federal. O que está acontecendo, tanto com a PEC do deputado Cajado quanto agora com o Governo Federal, é uma proposta de mudança na nossa Constituição. O que não podemos aceitar é essa mudança.

No próximo biênio a senhora será a única mulher na mesa diretora da Câmara Legislativa, como segunda vice-presidente. Qual a expectativa

para esse mandato e qual a importância de ter mulheres na liderança da política?

Tivemos várias votações — na CLDF — em relação a aumentarmos as penas no sentido do feminicídio, que ainda continua muito alto no DF. Baixamos o número de casos em relação ao ano passado, mas continua muito alto. E também temos a participação feminina na liderança e mesa diretora. Ano que vem estarei como segunda vice-presidente da Câmara Legislativa, o que me traz muita honra. Estaremos responsáveis pela escola legislativa, algo que fará com que levemos cada vez mais cidadania para o povo de Brasília. Também estarei recebendo a Procuradoria da Mulher. A nossa intenção é mostrar que cada mulher pode estar onde quiser, inclusive em lugares de liderança.

*Estagiário sob a supervisão de Márcia Machado